



## PARECER JURÍDICO

**PARECER Nº 032/2026 – COJUR/STDE**

**PROCESSO Nº P433026/2026.**

**INTERESSADA:** Coordenadoria de Equipamentos e Feiras – COOREQUIF/STDE.

**ASSUNTO:** Solicitação de aquisição e instalação de câmaras frigoríficas (câmaras frias), incluindo fornecimento, montagem, instalação e testes de funcionamento, a serem implantadas no Mercado Público Chagas Barreto, equipamento público vinculado à Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Econômico – STDE.

**EMENTA:** DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÕES E CONTRATOS. PREGÃO ELETRÔNICO. AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS COMUNS. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: LEI Nº 14.133/2021, DECRETO MUNICIPAL Nº 3.737/2025. ANÁLISE JURÍDICA PRÉVIA. APROVAÇÃO CONDICIONADA AOS REQUISITOS CONSTANTES NO PARECER.

### I – RELATÓRIO

Trata-se de procedimento licitatório, na modalidade **Pregão Eletrônico**, objetivando a **aquisição e instalação de câmaras frigoríficas (câmaras frias), incluindo fornecimento, montagem, instalação e testes de funcionamento, a serem implantadas no Mercado Público Chagas Barreto, equipamento público vinculado à Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Econômico – STDE**, conforme justificativa e especificações constantes no presente processo.

Compulsando os autos, verifica-se que o presente processo administrativo está instruído com os seguintes documentos:

- a) Documento de Formalização de Demanda – DFD nº 25.12.18.451-01;
- b) Atos Municipais nº 3.618/2025 e nº 3.697/2025;
- c) Comunicação Interna nº 001/2026 COOREQUIF/STDE;
- d) Portaria nº 028/2026 – STDE;
- e) Estudo Técnico Preliminar – ETP;
- f) Mapa de Riscos;
- g) Justificativa da opção pelo orçamento sigiloso;
- h) Justificativa de preços;
- i) Mapa Comparativo de Preços;
- j) Documentos comprobatórios da estimativa do valor da contratação;
- k) Documentos relativos ao levantamento de mercado;
- l) Documentos comprobatórios dos quantitativos;
- m) Comunicação Interna nº 003/2026 – COOREQUIF/STDE;



- n) Termo de Referência;
- o) Minuta do edital e respectivos anexos;

Na sequência, o processo foi remetido a esta Coordenadoria Jurídica, para a análise prévia do processo administrativo, na forma da Lei nº 14.133/2021. Este Parecer, portanto, tem o escopo de assistir a STDE no controle interno da legalidade dos atos administrativos praticados na fase preparatória da contratação.

A justificativa apresentada pela Coordenadoria de Equipamentos e Feiras da STDE para a realização do procedimento licitatório foi a seguinte:

“A Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Econômico – STDE, dentre outras atribuições, é responsável pela gestão, administração, manutenção e desenvolvimento dos equipamentos públicos municipais voltados ao fortalecimento da atividade econômica, incluindo o Mercado Público Chagas Barreto. A necessidade da aquisição e instalação de câmaras frigoríficas (câmaras frias), incluindo fornecimento, montagem, instalação e testes de funcionamento, permitirá atender a Coordenadoria de Equipamentos e Feiras, assegurando condições adequadas de armazenamento e conservação de alimentos perecíveis comercializados no Mercado Público Chagas Barreto, e tem por finalidade garantir a segurança alimentar, o atendimento às exigências sanitárias, a adequada conservação dos produtos, a melhoria das condições de trabalho dos permissionários e o fortalecimento da infraestrutura do equipamento público, proporcionando maior qualidade dos produtos comercializados, redução de perdas, melhoria das condições higiênico-sanitárias, maior segurança aos comerciantes e consumidores e fortalecimento das políticas públicas de desenvolvimento econômico do Município. A ausência da aquisição poderá ocasionar os seguintes prejuízos: no curto prazo, comprometimento das condições adequadas de armazenamento dos alimentos, aumento do risco de contaminação e deterioração de produtos perecíveis, perdas econômicas para os permissionários, descumprimento das normas sanitárias e possíveis autuações pelos órgãos de fiscalização; e, no longo prazo, comprometimento da funcionalidade do Mercado Público Chagas Barreto, redução da qualidade dos serviços prestados à população, desestímulo às atividades comerciais desenvolvidas no equipamento, prejuízo às políticas públicas de incentivo ao comércio local e impactos negativos na segurança alimentar e na imagem institucional da Administração Pública.

1.1. O material solicitado será destinado a atender a Coordenadoria de Equipamentos e Feiras da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Econômico – STDE, que desenvolve as atividades de gestão, administração,





manutenção, fiscalização e suporte técnico-operacional dos equipamentos públicos municipais destinados ao desenvolvimento econômico, em especial do Mercado Público Chagas Barreto. O material é necessário devido à necessidade de implantação de estrutura adequada de refrigeração para armazenamento e conservação de carnes, pescados e resíduos orgânicos, assegurando o cumprimento das normas sanitárias, a preservação da qualidade dos produtos comercializados e a adequada operação do equipamento público. A não aquisição implicará a permanência de condições inadequadas para armazenamento de alimentos perecíveis, comprometendo a segurança alimentar, a qualidade dos produtos, a regularidade das atividades desenvolvidas pelos permissionários e o adequado funcionamento do Mercado Público Chagas Barreto.”

É o relatório. Passemos à análise jurídica.

## **II – DA DELIMITAÇÃO DO ESCOPO DA ANÁLISE JURÍDICA**

Saliento que o exame aqui empreendido se restringe aos aspectos exclusivamente jurídicos da consulta, excluídos, portanto, aqueles de natureza técnica, econômica e financeira, inclusive quanto ao detalhamento do objeto do ajuste, suas características, requisitos e especificações, próprios do mérito da Administração, e, portanto, alheios às atribuições desta Coordenadoria. A presente manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle prévio de legalidade, conforme estabelece o artigo 53, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos – NLLC):

*Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.*

*§1º Na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração deverá:*

*I - apreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade;*

*II - redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica;*



Convém sublinhar que parte das observações expendidas por esta assessoria jurídica não passam de recomendações, com vistas a salvaguardar a autoridade administrativa assessorada, e não vinculá-la. Caso se opte por não acatar, não haverá, necessariamente, ilegalidade no proceder, mas assunção de risco. Nesta hipótese, a autoridade deverá motivar sua decisão.

Ressalte-se que a autoridade consulente e os demais agentes envolvidos na tramitação processual devem possuir competência para a prática dos atos atinentes ao feito, cabendo-lhes aferir a exatidão das informações constantes dos autos, zelando para que todos os atos processuais sejam praticados por aqueles que detenham as correspondentes atribuições.

Relevante trazer à colação, pela pertinência com o tema em questão, o Enunciado nº 07 do Manual de Boas Práticas Consultivas da Consultoria-Geral da União[1], o qual recomenda:

“A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.” [Destacou-se].

Anota-se, ainda, acerca da emissão de pareceres jurídicos, na linha do Supremo Tribunal Federal, que, ressalvado o erro grave ou omissão praticados com dolo ou culpa, “o parecer não é ato administrativo, sendo, quando muito, ato de administração consultiva, que visa a informar, elucidar, sugerir providências administrativas a serem estabelecidas nos atos de administração ativa.” (Mandados de Segurança 24.073 e 35.196)

Na mesma linha, segue o Tribunal de Contas da União (TCU):

Os pareceres técnicos e jurídicos não vinculam as autoridades competentes, que permanecem responsáveis pelos atos que praticam. A autoridade administrativa, quando da avaliação dos aspectos técnicos e jurídicos do edital e do projeto básico, possui liberdade para discordar dos pareceres, desde que o faça de forma fundamentada. Acórdão 828/2013-Plenário. Ainda que a natureza opinativa do parecer jurídico afaste, em regra, a responsabilidade de seu





emitente, essa subsiste, caso se demonstre culpa ou erro grosseiro. Acórdão 1656/2015- Plenário [ 4 ]

Deste modo, observações, sugestões e, eventualmente, recomendações expostas no bojo da manifestação jurídica constituem somente indicações em prol da segurança do gestor público assessorado, a quem incumbe, dentro da margem de discricionariedade que lhe é conferida pela lei, na órbita de suas competências, avaliar e acatar, ou não, as ponderações apresentadas, observados os princípios que regem a atuação dos agentes públicos.

Nesta senda, para efeito de análise jurídica parte-se do pressuposto, relativamente aos temas não jurídicos, de que o gestor competente, no âmbito de suas respectivas atribuições, se municiou dos conhecimentos específicos e estudos técnicos necessários, compreendendo, conforme o caso, planejamento, essencialidade dos serviços e justificativa das necessidades, conveniência e oportunidade, definição e detalhamento do objeto, especificações e quantitativos, perfis técnicos dos profissionais envolvidos, prazos, valores financeiros individuais e globais, e outros elementos apresentados.

Igualmente, parte-se da premissa de que os estudos técnicos, quando apresentados, foram regularmente desenvolvidos pelas áreas e técnicos competentes, considerando parâmetros objetivos direcionados para a adequação dos atos de gestão às efetivas necessidades da Administração e para melhor consecução do interesse público envolvido. Com efeito, no presente caso, a análise jurídica ora alinhavada será exposta em estrita consonância com a documentação juntada aos autos, conforme acima descrito, e está condicionada à efetiva fidedignidade do conteúdo das cópias anexadas com os seus respectivos originais. Além disto, estará também condicionada e partirá do pressuposto de que os atos dos agentes administrativos responsáveis, praticados no curso do processo, se comportam no espectro de suas respectivas competências funcionais, em consonância com os seus atos de nomeação e de designação, pela autoridade competente, para o exercício dos cargos públicos ocupados e em consonância com os requisitos listados na legislação aplicável, sendo relevante observar, para salvaguarda dos gestores envolvidos no processo, que tais atos tenham sido



devidamente formalizados e oficialmente publicados, encontrando-se disponíveis nos arquivos da Entidade.

Realizada esta parte inicial, passamos à matéria de fundo do Parecer.

### **III – DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS**

#### *- Da utilização do Pregão Eletrônico como modalidade de licitação:*

O art. 6º, inciso XLI, da Lei nº 14.133/2021, define o pregão como sendo a “modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto”. O inciso XIII do artigo supracitado define bens e serviços comuns como “aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado”.

No presente caso, trata-se de licitação destinada à aquisição e instalação de câmaras frigoríficas (câmaras frias), incluindo o fornecimento, a montagem, a instalação e os testes de funcionamento, a serem implantadas no Mercado Público Chagas Barreto, equipamento público vinculado à Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Econômico – STDE, tendo a unidade requisitante definido as respectivas especificações técnicas e os quantitativos necessários. Mostra-se adequada, portanto, a adoção do Pregão Eletrônico, nos termos dos arts. 6º, incisos XIII e XLI, e 29 da Lei nº 14.133/2021.

#### *- Do planejamento/fase interna da contratação:*

De acordo com a Lei nº 14.133/2021, regulamentada no âmbito do Município de Sobral, por meio do Decreto Municipal nº 3.737, 05 de setembro de 2025, a Administração Pública deverá produzir, dentre outros, os documentos abaixo durante a fase de planejamento da contratação:

Art. 18. O procedimento interno das contratações públicas deverá ser instruído em conformidade com as fases e exigências da Lei Federal nº 14.133/2021, contemplando, no mínimo, os seguintes documentos e etapas:

**I - documento de formalização de demanda do órgão e/ou setor requisitante**, contendo o seguinte:



- a) justificativa da necessidade da contratação;
- b) descrição sucinta do objeto;
- c) quantidade a ser contratada, quando couber, considerada a expectativa de consumo anual;
- d) estimativa preliminar do valor da contratação, por meio de procedimento simplificado;
- e) indicação da data pretendida para a conclusão da contratação, a fim de não gerar prejuízos ou descontinuidade das atividades do órgão ou da entidade;
- f) grau de prioridade da compra ou da contratação em baixo, médio ou alto, de acordo com a metodologia estabelecida pelo órgão ou pela entidade contratante;
- g) indicação de vinculação ou dependência com o objeto de outro documento de formalização de demanda para a sua execução, com vistas a determinar a sequência em que as contratações serão realizadas; e
- h) nome da área requisitante ou técnica com a identificação do responsável.

**II - Autuação do processo administrativo correspondente**, que deverá ser protocolizado e numerado, pela autoridade máxima, com solicitação à respectiva equipe de planejamento para início dos estudos técnicos preliminares para verificação da viabilidade técnica e econômica da contratação;

**III - Estudo Técnico Preliminar**, documento constitutivo caracterizando o interesse público envolvido e a sua melhor solução dando base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico elaborado pela equipe de planejamento da contratação do órgão/secretaria, contendo:

- a) descrição da necessidade da contratação;
- b) descrição dos requisitos da contratação necessários e suficientes à escolha da solução;
- c) levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;
- d) descrição da solução como um todo;
- e) estimativa das quantidades a serem contratadas;
- f) estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, por comprovada pesquisa de preços de acordo com os parâmetros dispostos nos arts.





19 e

20 deste Decreto, conforme o caso, e na hipótese de orçamento sigiloso, ser anexada a devida justificativa;

g) justificativas para o parcelamento ou não da solução;

h) contratações correlatas e/ou interdependentes;

i) demonstrativo da previsão da contratação no Plano de Contratações Anual;

j) demonstrativo dos resultados pretendidos;

k) providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato;

l) descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras;

m) posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina;

n) indicação dos recursos orçamentários para fazer face a despesa quando for o caso;

o) verificação da adequação orçamentária e financeira, em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal, quando for o caso;

p) justificativa do não tratamento diferenciado para ME e EPP da Cota Exclusiva, Principal e Reservada, quando for o caso;

q) justificativa do tratamento diferenciado para ME e EPP da Cota Exclusiva e Reservada, para ME e EPP local ou regional quando for o caso;

r) demais justificativas necessárias à instrução do processo na fase interna da licitação;

s) demais documentos necessários à instrução do processo na fase interna da licitação, a exemplo de cópias de termos de convênio ou outros instrumentos congêneres.

**IV - Mapa de riscos**, instrumento que permite a identificação das situações futuras e incertas que possam repercutir sobre os objetivos da contratação, bem como a mensuração do grau de risco de cada uma dessas situações e ações para controle, prevenção e mitigação dos impactos.

**V - Elaboração do projeto básico ou de termo de referência ou outro instrumento utilizado para os mesmos fins**, nominados de acordo com as regras da Lei 14.133/2021, bem como do banco ou agente financiador, o qual deverá conter a especificação do objeto de forma precisa, clara e sucinta;





**VI- Minuta do edital**, minuta do contrato e outros anexos necessário;

**VII** - Controle prévio de legalidade mediante **análise jurídica** da contratação, pelo órgão e/ou coordenação e/ou setor de assessoramento jurídico, que emitirá parecer jurídico nos termos do Art. 53 da Lei nº 14.133/2021;

**VIII Edital** e seus anexos assinados pela autoridade máxima;

**IX-** Autorização da autoridade máxima para o agente de contratação, comissão de contratação e/ou pregoeiro dar prosseguimento com a fase externa, mediante publicação do edital e seus anexos, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

[...]

Para que haja o prosseguimento do presente processo de contratação, toda a documentação acima listada deverá estar contida no referido procedimento. Vejamos abaixo cada uma delas:

• Documento de formalização de demanda, estudo técnico preliminar e mapa de riscos:

Podemos verificar, nos autos, a presença da solicitação expressa do setor requisitante interessado formalizando a demanda, com o Estudo Técnico Preliminar e Mapa de Riscos.

Nesse contexto, em análise eminentemente formal, verifica-se o atendimento ao disposto na legislação vigente.

• Elaboração do Termo de Referência:

O Termo de Referência é o documento que deverá conter a definição do objeto, incluídos sua natureza, os quantitativos, o prazo do contrato e, se for o caso, a possibilidade de sua prorrogação, a fundamentação da contratação, a descrição da solução, os requisitos da contratação, o modelo de execução do objeto, o modelo de gestão do contrato, os critérios de medição e de pagamento, a forma e critérios de seleção do fornecedor, as estimativas do valor da contratação, acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, que devem constar de



documento separado e classificado e a adequação orçamentária (art. 6º, XXIII, da Lei nº 14.133, de 2021).

: Orçamento estimado e pesquisa de preços:

A pesquisa ampla e idônea com base no valor de mercado, lastreada na legislação pertinente, é essencial para propiciar a adequada estimativa de custos da contratação, e ao mesmo tempo, possibilitar a aferição do valor referencial da licitação, como parâmetro na análise da exequibilidade ou aceitabilidade das propostas ou lances dos licitantes na ocasião do certame, podendo nortear o valor máximo aceitável.

A correta estimativa também é essencial para a verificação da necessidade ou não de se proceder à licitação de participação exclusiva das microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 6º do Decreto nº 8.538 de 2015 e as Cooperativas enquadradas no art. 34, da Lei nº 11.488, de 2007.

Vale destacar que as diligências concernentes à pesquisa de preços não se resumem à simples juntada de orçamentos, cabendo ao responsável a análise detida de cada proposta/preço, não apenas sob seu aspecto formal (identificação da empresa, idoneidade, compatibilidade da sua finalidade social com o objeto da licitação, etc.), mas também quanto ao seu teor.

Salienta-se que é de inteira responsabilidade da coordenação requisitante a verificação quanto à plausibilidade dos valores apresentados. Isto porque os membros desta Coordenadoria Jurídica não detêm competência legal, conhecimento especializado ou mesmo ferramentas para apreciar a adequação das avaliações de preços realizadas nos processos submetidos à análise jurídica, recaindo, portanto, integralmente sobre os agentes do setor requisitante/planejamento do órgão promotor da licitação a responsabilidade pela idoneidade e lisura de tais atos. A propósito, deve-se atentar para o disposto no inciso V do art. 10 da Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa):

Art. 10. Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão dolosa, que enseje, efetiva e comprovadamente, perda patrimonial, desvio,





apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º desta Lei, e notadamente: (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)

[...]

V - permitir ou facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem ou serviço por preço superior ao de mercado.

Nesse contexto, impõe-se que o órgão, por meio da unidade técnica requisitante, observe o disposto no art. 23 da Lei nº 14.133/2021, onde é estabelecida a necessidade de compatibilidade com valores praticados no mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observada a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto, sendo que, para compras, devem ser considerados os parâmetros previstos em seu §1º.

O órgão também deve observar o **art. 19 do Decreto Municipal nº 3.737/2025**, *in verbis*:

Art. 19. Na pesquisa de preços para aquisição e contratação de bens e serviços em geral, o valor estimado da contratação será definido com base no melhor preço aferido, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto, devendo ser realizada exclusivamente com base nos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:

I - Composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços ou no banco de preços em saúde disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), observado o índice de atualização de preços correspondente;

II - Contratações similares realizadas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - Dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal, estadual ou municipal, e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso;

IV - Pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, materializada pela solicitação formal de cotação, preferencialmente por meio eletrônico, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores;



V - Pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, desde que a data das notas fiscais esteja compreendida no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do edital, observado o índice de atualização de preços correspondente.

VI - Acordos coletivos de trabalho (ACT) ou convenções coletivas de trabalho (CCT), no caso de licitações destinadas à contratação dos serviços terceirizados com dedicação exclusiva de mão de obra.

§1º Deverá ser utilizada a maior quantidade possível de parâmetros de pesquisa previstos neste dispositivo.

§2º Nos casos dos incisos III e IV do caput deste artigo, somente serão admitidos os preços cujas datas não ultrapassem 6 (seis) meses da data da divulgação do edital.

§3º No envio das solicitações formais, a Administração deve:

I - Garantir que os interessados recebam a completa descrição dos bens e/ou serviços a serem cotados, com todas as especificações técnicas;

II - Certificar que, nas cotações apresentadas, os produtos e/ou serviços cotados condizem com o que foi exigido pela Administração, evitando-se eventuais distorções de preço;

§4º No recebimento das pesquisas realizadas nos termos do inciso IV do caput deste artigo, deverá ser observado:

I - Prazo de resposta conferido ao fornecedor, compatível com a complexidade do objeto a ser licitado ou já contratado;

II - Certificar que, nas cotações apresentadas, os produtos e serviços cotados condizem com o que foi exigido pela Administração, evitando-se eventuais distorções de preço e contendo, no mínimo:

- a) descrição do objeto, valor unitário e total;
- b) número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do proponente;
- c) endereço físico, e-mail e telefone de contato; e
- d) data de emissão;

III - Registro, nos autos do processo correspondente, da relação de fornecedores que foram consultados e não enviaram propostas como resposta à solicitação;

IV - As cotações dos fornecedores deverão estar identificadas, datadas e assinadas, ainda que por meio eletrônico, pelos responsáveis por sua confecção.





§5º A pesquisa utilizando o parâmetro estabelecido no inciso V do caput deste artigo, a partir da total implementação do Portal Nacional de Contratações Públicas, deverá ser realizada exclusivamente no banco nacional de notas fiscais eletrônicas desta ferramenta.

§6º No procedimento administrativo de pesquisa de preços deverá constar, se houver, preços de outras contratações anteriores do mesmo objeto pela Administração Pública, com a respectiva data de vigência da contratação, os quais servirão tão somente para análise comparativa dos preços coletados, podendo compor a cesta de preços para fixação do preço referencial.

§7º Fica vedada a substituição da utilização de um ou mais parâmetros estabelecidos no caput deste artigo pela atualização dos preços por meio da aplicação de índice de preços.

§8º Excepcionalmente, mediante justificativa da autoridade competente, será admitida a pesquisa com menos de três preços ou fornecedores.

§9º Para desconsideração dos preços inexecutáveis ou excessivamente elevados, deverão ser adotados critérios fundamentados e descritos no processo administrativo.

§10º Serão utilizadas como metodologia para obtenção do preço de referência para a contratação a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos de um ou mais dos parâmetros adotados neste artigo.

No caso concreto, verifica-se que a estimativa foi formada a partir de três propostas obtidas diretamente com fornecedores, com utilização da média aritmética dos valores coletados, resultando no montante estimado de R\$ 535.977,75 (quinhentos e trinta e cinco mil, novecentos e setenta e sete reais e setenta e cinco centavos). Constam, ainda, documentos relativos às buscas realizadas em fontes públicas e justificativa quanto à ausência de resultados suficientemente compatíveis com as especificações do objeto.

Assim, sob o aspecto formal, a pesquisa encontra-se instruída com os elementos necessários, permanecendo sob responsabilidade da unidade requisitante e dos agentes responsáveis pela pesquisa a aferição da compatibilidade técnica das propostas, da atualidade dos preços, da adequação da metodologia empregada e da correspondência entre os equipamentos cotados e as especificações exigidas pela Administração.



•Da opção pelo orçamento sigiloso:

O art. 24 da Lei nº 14.133/2021 admite que, desde que devidamente justificado, o orçamento estimado da contratação possua caráter sigiloso, sem prejuízo da divulgação dos quantitativos e das demais informações necessárias à elaboração das propostas, não prevalecendo o sigilo perante os órgãos de controle interno e externo.

No caso dos autos, a opção encontra-se acompanhada de justificativa específica, fundamentada na necessidade de evitar o denominado efeito âncora e estimular a apresentação de propostas compatíveis com a estrutura de custos dos licitantes. Sob o aspecto formal, a adoção do orçamento sigiloso mostra-se juridicamente possível.

•Minuta do Edital:

A confecção do edital, como elemento da fase preparatória do processo licitatório, tem amparo no art. 18, V da Lei nº 14.133/2021. Os requisitos a serem observados estão previstos no seu art. 25. E a adoção de minutas padronizadas está prevista no §1º desse último dispositivo.

É preciso lembrar que o art. 18, inciso IX, da Lei nº 14.133/2021, exige que a fase preparatória seja instruída com motivação circunstanciada das condições do edital, tais como: 1 - justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto; 2 - justificativa de exigências de qualificação econômico-financeira; 3 - justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço; e 4 - justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio.

No caso dos autos, a minuta de edital, com os seus anexos, juntada ao processo, segue o modelo elaborado pela Central de Licitações do Município de Sobral, e, de forma geral, reúne as cláusulas e condições essenciais exigidas nos dispositivos acima referidos, tendo sido destacadas as alterações efetuadas, as quais estão de acordo com o ordenamento jurídico.



Ademais, é obrigatória a divulgação e a manutenção do inteiro teor do edital de licitação e dos seus anexos, incluído o termo de contrato, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e a publicação de extrato do edital no Diário Oficial, conforme determinam os art. 54, caput e §1º, e art. 94 da Lei nº 14.133/2021. Enfatiza-se também que, após a homologação do processo licitatório, é obrigatória a disponibilização no referido Portal (PNCP) dos documentos elaborados na fase preparatória que porventura não tenham integrado o edital e seus anexos, conforme determina o art. 54, §3º, da Lei nº 14.133/2021.

*- Designação de agentes públicos:*

O art. 7º da Lei nº 14.133/2021 trata da designação dos agentes públicos para o desempenho das funções essenciais à execução da lei, estabelecendo em seus incisos os requisitos a serem observados. O § 1º do referido artigo, enuncia que a autoridade deverá observar o princípio da segregação de funções, vedada a designação do mesmo agente público para atuação simultânea em funções mais suscetíveis a riscos, de modo a reduzir a possibilidade de ocultação de erros e de ocorrência de fraudes na respectiva contratação

Deve a Administração observar os dispositivos que regulam a referida temática.

*- Das dotações orçamentárias:*

Quanto à adequação orçamentária, deverão constar dos autos a indicação dos recursos orçamentários destinados a suportar a despesa e as respectivas declarações exigidas pela legislação financeira, cabendo ao setor competente certificar a existência de disponibilidade orçamentária suficiente para a contratação.

*- Dever de observância às prescrições da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD:*

A Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da





personalidade da pessoa natural.

Nessa esteira, recomenda-se à STDE que limite o tratamento e a divulgação de dados pessoais ao estritamente necessário à formalização e à execução da contratação, evitando sua exposição excessiva, em observância aos princípios previstos na LGPD.

*-Desenvolvimento nacional sustentável: Critérios de sustentabilidade.*

As contratações devem estabelecer critérios que promovam o desenvolvimento nacional sustentável. Assim, as ações da Administração devem ser especialmente voltadas à redução do consumo e à aquisição preferencial de produtos inseridos no conceito de economia circular ou que representem menor impacto ambiental, a exemplo dos produtos reciclados e/ou recicláveis (arts. 5º e 11 da Lei nº 14.133, de 2021).

Em síntese, deverão ser tomados os seguintes cuidados gerais pelos gestores públicos em aquisições: a) definir e inserir os critérios sustentáveis que incidam diretamente no objeto da contratação como especificação técnica, obrigação da contratada ou requisito previsto em lei especial; e b) verificar o alinhamento da contratação com o Plano de Gestão de Logística Sustentável.

Se a Administração entender que a contratação não se sujeita aos critérios de sustentabilidade ou que as especificações de sustentabilidade restringem indevidamente a competição em dado mercado, deverá apresentar a devida justificativa com a indicação das pertinentes razões de fato e/ou direito, conforme disposto no PARECER 01/2021/CNS/CGU/AGU, aprovado pela Consultoria-Geral da União.

#### **IV - DA CONCLUSÃO**

Ante o exposto, com base nos documentos e informações até aqui colacionados, ressalvados os aspectos técnicos, econômicos, financeiros e as ponderações de conveniência e oportunidade, próprios do mérito da Administração, e, portanto, alheios às atribuições desta Coordenadoria Jurídica,



concluo pela viabilidade jurídica, desde que obedecidos os requisitos do presente parecer.

Ressalto que o exame jurídico em tela se baseou nas informações técnicas produzidas pelo setor requisitante da STDE e nos documentos que integram o presente caderno processual. Assim, releve-se que a motivação, as justificativas, os projetos e os demais dados técnicos informativos são de responsabilidade da Coordenadoria de Equipamentos e Feiras – COOREQUIF/STDE e dos agentes integrantes da equipe de planejamento da contratação, no âmbito das respectivas competências.

Remetam-se os autos do presente processo ao Exmo. Sr. Secretário do Trabalho e Desenvolvimento Econômico para considerações. Após, tramite-se a presente demanda à Central de Licitações de Sobral/CE para providências.

Salvo melhor juízo, é o parecer.

Sobral, data da assinatura eletrônica.



**ISMÊNIA RODRIGUES DA PONTE**  
Coordenadora Jurídica da STDE  
OAB/CE nº 44.944